jornal FNE

janeiro | 2022

# TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO

# nesta edição


**EDITORIAL**

**P.3** NÃO SE PODE CONTINUAR A ADIAR A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO

**AÇÃO SINDICAL**

**P.4, P5** FNE CONVIDA PARTIDOS POLÍTICOS PARA SESSÃO PÚBLICA
**P.6** FNE DEIXOU ALERTAS PARA O REGRESSO AO ENSINO PRESENCIAL
**P.7** PROCESSO DE VACINAÇÃO DE DOCENTES E NÃO DOCENTES: FNE APONTOU FALHAS
**P.8** ROTEIRO PARA A LEGISLATURA 2022-2026 APRESENTADO AO PAN
**P.9** FNE PROPÔS REVISÃO DO CCT COM A CNEF
**P.10** MARIA JOSÉ RANGEL ELEITA PRESIDENTE DA DIREÇÃO DO SDPGL
**P.11** GABINETE DA FNE COM FORMAÇÃO NA ÁREA DE DIREITO

**WEBINÁRIO**

**P.12, P.13** IV DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO: «A ESCOLA PODE MUITO, MAS NÃO PODE TUDO»
**P.14** CARTAZ WEBINÁRIO «GESTÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA» - 10 DE FEVEREIRO 2022

**ENTREVISTA**

**P.15 À P.18** LUÍS DE MELO: OS SINDICATOS NÃO PODIAM FALAR EM NEGOCIAÇÃO

**NA MINHA OPINIÃO**

**P.19** SDPA: DEVOLUÇÃO DOS TRÊS ANOS DEVE SER JÁ E PARA TODOS!

**NÃO DOCENTES**

**P.20** OS DESAFIOS DOS TÉCNICOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO

**SAÚDE**

**P.21, P.22** TELETRABALHO: É PRECISO MITIGAR OS EFEITOS DO ISOLAMENTO

**LEGISLAÇÃO**

**P.23, P.24** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021 A 25 DE JANEIRO DE 2022

**+VANTAGENS FNE**

**P.25** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE



**FICHA TÉCNICA**
JANEIRO 2022

**proprietário**
Federação Nacional da Educação

**diretor**
João Dias da Silva

**produção de conteúdos**
Joaquim Santos e Tiago Soares

**secretariado**
Teresa Morais

**sindicatos membros**
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo *
Sindicato Democrático dos Professores do Sul *
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *
Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *
Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

**tesoureiro**
Joaquim Fernandes

**redação**
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 *
secretariado@fne.pt

**produção gráfica e paginação**
Rafael Marques e Tiago Soares


MEMBROS FILIAÇÃO

editorial

# NÃO SE PODE CONTINUAR A ADIAR A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO

Está a terminar a campanha eleitoral e os portugueses, no dia 30 de janeiro, vão votar e definir o novo quadro político em que se formará a nova Assembleia da República e se constituirá o novo Governo.

Infelizmente, ao longo da campanha eleitoral, os problemas da Educação foram praticamente ignorados. Nem os moderadores dos debates, nem os comentadores, nem os políticos ocuparam tempo significativo para apresentarem as suas preocupações e as propostas de resolução dos problemas conhecidos neste setor. Nos programas eleitorais, a Educação teve um reduzido espaço e embora se verifique que alguns dos problemas mais conhecidos são neles referidos, a verdade é que não se apresentam propostas concretas de solução. Dirão alguns que os programas eleitorais não poderiam ser excessivamente precisos na determinação das soluções. A verdade é que pouco avançam e, na prática, não suscitam nos eleitores expetativas sobre as condições em que se vão eliminar problemas antigos, reconhecidos e sistematicamente sem solução.

Não se pode continuar a adiar a solução dos problemas de há muito identificados.

Não se pode continuar a admitir que os profissionais da Educação sejam sistematicamente desvalorizados e muitas vezes desconsiderados.

A FNE elaborou um documento – o Roteiro para a Legislatura – que vai apresentar aos Grupos Parlamentares e ao Governo que vier a ser constituído.

Temos consciência de que a dimensão dos problemas que enfrentamos não permite que, em muitas circunstâncias, se possam determinar políticas consistentes que tenham efeito imediato.

Mas há que iniciar o processo de mudança.

Na última semana deste mês de janeiro, na comemoração do Dia Internacional da Educação que promovemos com a AFIET, sublinhámos o lema que a UNESCO definiu para a comemoração deste ano, Mudar de Rumo.

Precisamos, com efeito, de mudar de rumo, e desde logo ao nível da consideração do espaço do diálogo social e da concertação. É preciso que o Governo crie e respeite as condições de participação das organizações sindicais, e, portanto, da FNE, na conceção, na operacionalização e na avaliação das políticas educativas.

Precisamos de mudar de rumo ao nível da valorização das carreiras e das remunerações de todos os trabalhadores da Educação, o que tem tradução obviamente nos mecanismos de concursos, no respeito pelos limites do tempo de trabalho, nos modelos de avaliação de desempenho, nas condições de conciliação do tempo de trabalho com o tempo de vida pessoal e familiar, nas condições de exercício profissional, no fim de todas as situações de precariedade,

A FNE, como sempre, estará empenhada em contribuir para que essas mudanças ocorram e tenham efetivos efeitos sobre a vida de cada um e cada uma o mais rapidamente possível.

*João Dias da Silva*
*Secretário-Geral da FNE*

ação sindical

# FNE RECEBEU PARTIDOS POLÍTICOS PARA SESSÃO PÚBLICA

Após um convite a todos os partidos, a FNE reuniu na tarde de 12 de janeiro representantes do PS, PSD, BE e PAN, numa sessão pública com o tema "E agora, Educação?" em que estes tiveram a oportunidade para apresentar os seus compromissos essenciais para a próxima legislatura, na área da Educação. A sessão pública decorreu na sede da UGT, em Lisboa, e a distância. Os partidos políticos que aceitaram o convite da FNE fizeram-se representar por Porfírio Silva, diretor do Gabinete de Estudos do PS, Cláudia André, Vice-coordenadora Nacional do PSD para a área da Educação e Desporto, e das deputadas Alexandra Vieira (BE) e Bebiana Cunha (PAN).

O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, deu o lançamento à sessão deixando o mote de que "esperamos que esta seja uma legislatura com fôlego, que vá até ao fim, daí o nosso 'Roteiro para a Legislatura' ter propostas para cumprir até 2026". O líder da FNE utilizou a expressão 'mudar a página', referida pelo Presidente da República na sua mensagem de ano novo, para sublinhar que "é importante que essa mudança englobe o retomar do diálogo social e o reconhecimento do papel dos parceiros sociais para a negociação".

## O ATAQUE AO MOVIMENTO SINDICAL

Porfírio Silva foi o primeiro convidado a tomar a palavra deixando uma nota inicial para a necessidade de, numa possível nova legislatura, o PS dar toda a atenção ao diálogo social, "algo fundamental em democracia". O deputado do PS assumiu ainda que os programas eleitorais não devem ser demasiado estruturais e devem, acima de tudo, "ter grau de concretização". Porfírio Silva defendeu a proposta socialista de que tem de existir um pacto para a Educação, participado por todos e com uma convergência através do diálogo.

Para isso, o programa do PS assenta em três pontos essenciais: dar mais autonomia às escolas, na municipalização e na desburocratização. A reformulação do sistema de recrutamento, a valorização do pré-escolar, o Qualifica e o acesso ao Ensino Superior são outros dos temas citados nas propostas socialistas.

Em seguida, Cláudia André (PSD) tomou a palavra mostrando "preocupação com a qualidade do ensino, pois sem professores motivados é difícil arranjar soluções". A deputada do PSD enumerou então as principais preocupações do PSD, que passam pela falta de professores, algo "que precisa de uma reestruturação também ao nível do processo de substituição". O modelo e o processo de avaliação "funcionam de forma injusta" e precisam de ser modificados – defende o PSD a pensar na próxima legislatura.

A deputada social-democrata deixou ainda o alerta de que "é preciso rever o modelo de recrutamento, aumentar e melhorar a autonomia das escolas, assim como rever o modelo de profissionalização".

Por sua vez, Alexandra Vieira (BE) começou por lembrar, na sua intervenção, que "os direitos dos docentes estão estagnados" e deixou o desafio a todos os partidos de voltarem a reforçar o papel da educação na sociedade. Conforme ressaltou, “a docência é essencial e tem de voltar a ter um papel relevante na sociedade", lembrando que "no tempo da Troika perdemos cerca de 30 mil professores”. Para a deputada do BE, poupar em salários foi uma prioridade e agora temos professores contratados há mais de 20 anos, situação não vista em mais nenhum setor da administração pública.

Alexandra Vieira lembrou ainda o "ataque ao movimento sindical das duas últimas décadas, situação que tem que ser alterada pelo bem dos direitos dos trabalhadores". A finalizar destacou algumas propostas do Bloco no seu programa de governo e que passam, entre outras, por um novo regime de recrutamento, pela alteração da norma travão, pelo direito à progressão, por uma redução geográfica dos QZP's, redução do número de alunos por turma, valorização do ensino profissional, revisão da portaria de rácios de Não Docentes e pela reversão da municipalização.

## UMA EDUCAÇÃO ECONOMICISTA

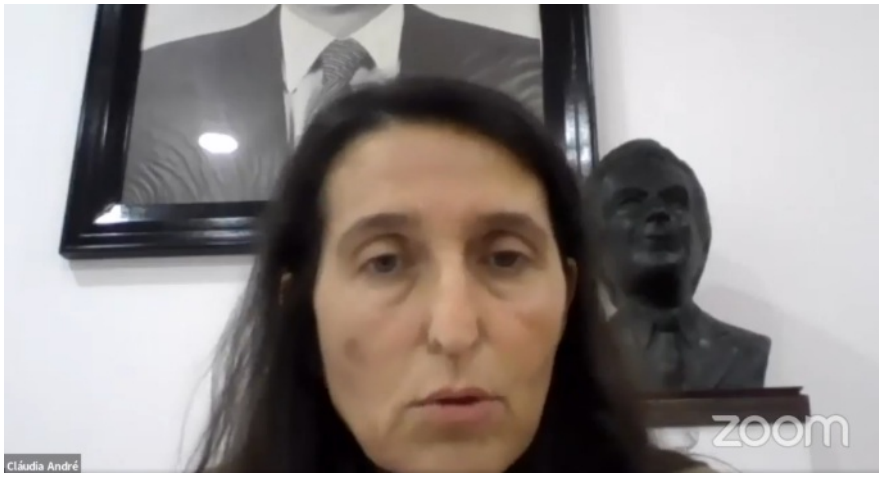
Coube a Bebiana Cunha (PAN) fechar o painel de intervenções, começando por alertar para o facto de "a escola pública precisar de um investimento que não tem sido feito”. Não é assim possível termos investimentos 4% abaixo do PIB, pois um sistema educativo com precariedade tem que assegurar uma valorização. Em sua opinião, deve ser obrigatório um investimento de 6% e “passar das intenções aos atos". Para a deputada do PAN, as políticas educativas "exigem tudo às escolas, mas sem reciprocidade".

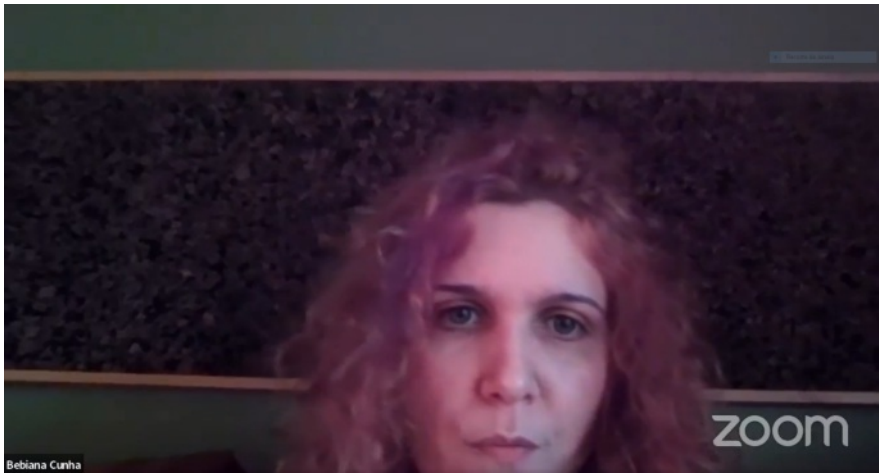
Quanto às propostas do partido, Bebiana Cunha elencou o reconhecimento dos profissionais, o descongelamento de carreiras, a criação de vagas nos 5º e 7º escalões, tudo “medidas economicistas que não são aceitáveis. Para o PAN, não é na Educação que o Estado deve poupar, mas sim adotar propostas como o limite de 15 alunos por turma, a efetiva autonomia das escolas e a revisão da organização dos Agrupamentos Escolares. Bebiana Cunha deixou ainda críticas ao sistema “injusto” de avaliação e deixou uma palavra para os estudantes e docentes portugueses no estrangeiro, que têm perdido condições de acesso à aprendizagem e a condições de vida e de trabalho dignos.

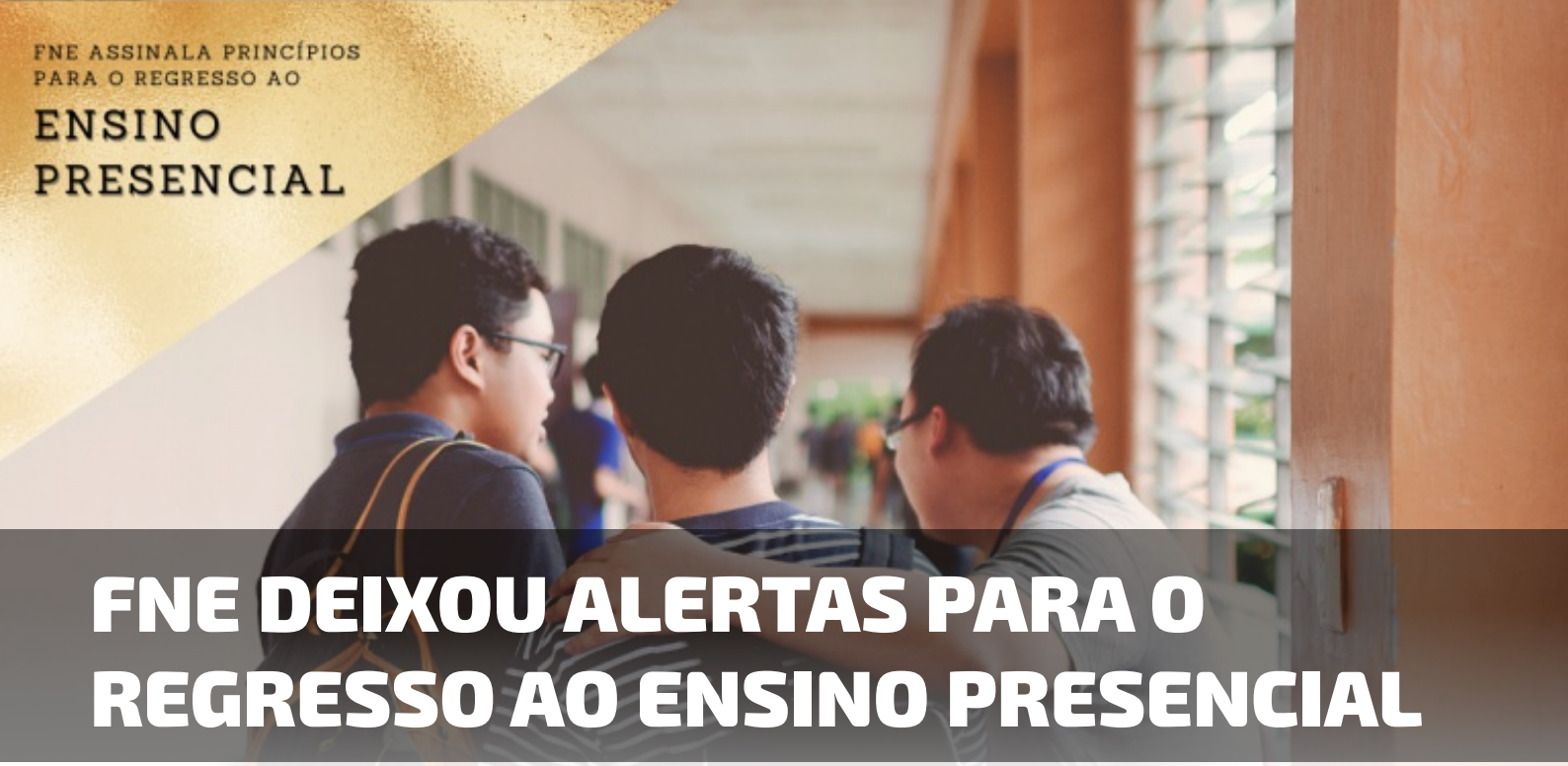
Decorreu em seguida um debate entre dirigentes sindicais da FNE e os representantes dos partidos políticos sobre vários temas relativos a educadores, professores e não docentes.

Em vésperas de eleições, esta sessão pública foi a oportunidade de a FNE apresentar e ouvir propostas para reverter as situações negativas da educação nacional. A FNE não desiste de reconhecer e valorizar os profissionais que representa e de protagonizar a reivindicação de uma nova escola e um futuro melhor para a educação em Portugal.

***«Precisamos que no início da nova legislatura se mostre atitude e se pegue nestes problemas de imediato».***








# FNE DEIXOU ALERTAS PARA O REGRESSO AO ENSINO PRESENCIAL

No final do ano de 2021, a FNE, através de uma declaração do seu Secretário-Geral (SG), João Dias da Silva, deixou expressa a sua preocupação com o reinicio das aulas que se avizinhava para 10 de janeiro de 2022. "Todos desejávamos que fosse o ano em que nos libertávamos da pandemia. Mas, na realidade, o que acontece hoje é que nos estamos a preparar para entrar em 2022, ainda com muitas incertezas e inseguranças, nomeadamente sobre a existência de condições efetivas para regressarmos às escolas" afirmou o SG da FNE assumindo que "embora preferindo que o ensino presencial seja uma realidade, assumimos claramente a necessidade de afirmar que o regresso ao ensino presencial só deve ocorrer quando estiverem reunidas condições de saúde e de segurança para todos".

A FNE considerou então, numa altura em que se previam medidas de contenção na sociedade para a primeira semana do ano e que os números de infetados subiam diariamente a números nunca antes vistos que "será da responsabilidade das autoridades de saúde a determinação da data em que deve ocorrer esse regresso à atividade letiva presencial. Para essa ocasião, é indispensável que da parte da comunidade científica e das autoridades de saúde haja a disponibilização de toda a informação relevante, e com o máximo de clareza. É preciso garantir que, com respeito pelas normas para os prazos de aplicação, se efetive a vacinação de todos os membros das nossas comunidades escolares", acrescentando ainda "que é preciso promover também que, quando se retomar a atividade letiva presencial, se dinamizem processos sucessivos de testagem que permitam identificar rapidamente as situações de infeção e que se adotem medidas claras e coerentes para o seu enquadramento".

A terminar o ano, João Dias da Silva deixou ainda uma palavra a todos os trabalhadores da Educação que viveram um 2021 complicado nas escolas e não só: "O ano que agora acaba voltou a assinalar como os profissionais da Educação se distinguem na resposta social que é essencial que seja dada à crise sanitária que vivemos. Fomos nós, na Educação, quem esteve sempre ativo para que se garantisse um serviço de educação e formação de qualidade, quer presencialmente, quer a distância. Esta resposta educativa foi dada nas mais difíceis circunstâncias, e com um custo pessoal elevadíssimo, porque foi preciso planear e intervir para chegar a muitas crianças e jovens que não tiveram acesso à Internet, em casa.

Porque foi preciso trabalhar em simultâneo com alunos em sala de aula e alunos em casa, porque confinados; porque foi preciso ultrapassar insuficiências de acesso à rede em muitas das nossas escolas".

E em jeito de alerta para 2022, a João Dias da Silva considerou que "é preciso que não se voltem a repetir os erros. Os educadores e professores portugueses precisam de mais do que palavras bonitas. Os nossos alunos precisam de mais do que promessas de computadores para cada um deles. São necessárias mudanças estruturais que garantam melhores condições para todos nas nossas escolas, para que se respeitem os profissionais que nelas trabalham" garantindo que "da nossa parte (FNE) não falta determinação para este desafio".

***FNE pediu garantias de que com respeito pelas normas para os prazos de aplicação, se efetivasse a vacinação de todos os membros das nossas comunidades escolares.***

# PROCESSO DE VACINAÇÃO DE DOCENTES E NÃO DOCENTES: FNE APONTOU FALHAS

A FNE assinalou de forma negativa a forma como em muitas circunstâncias tem decorrido a vacinação de docentes e não docentes nesta semana. A FNE criticou o calendário de vacinação adotado, considerando incompreensível que a mesma não tivesse ocorrido no tempo que permitisse o regresso às escolas com a proteção adequada, registando ainda as dificuldades para aceder ao formulário na internet para obtenção da Senha Digital.

Para a FNE, o desejado processo de vacinação foi decidido tardiamente e conduzido com múltiplas insuficiências, verificando-se constrangimentos vários e importantes ao nível da organização e dos procedimentos adotados, que estão a dificultar o acesso à vacinação de todos os Docentes e Não Docentes.

A FNE entendeu que deveriam ser acionados todos os mecanismos que fossem necessários para que se ultrapassassem todos os constrangimentos que iam sendo detetados, e que estavam a impedir ou dificultar, por uma ou outra razão, que muitos Docentes e Não Docentes fossem vacinados, por falhas de organização. A FNE esperava que todas as falhas ocorridas fossem de imediato reparadas, para bem da saúde e segurança de todos, incluindo, como é óbvio, a saúde e segurança dos alunos.

A FNE sublinhou muito negativamente que na Região Autónoma dos Açores nem sequer tenha sido previsto qualquer mecanismo de vacinação prioritário para docentes e não docentes, situação que a Federação acompanha com bastante preocupação.

Em complemento destas ações, considerou-se essencial que desde o início do segundo período letivo fossem planeados e realizados processos sucessivos de testagem que permitam identificar rapidamente as situações de infeção que venham a ocorrer e que se adotem medidas claras e coerentes para o seu enquadramento.

A FNE insistiu ainda na necessidade de que, no regresso às atividades letivas presenciais, se assegurassem nos espaços escolares as condições de proteção da saúde de todos, o que implicaria, entre outras, o cumprimento das normas de distanciamento físico (o que até agora não foi assegurado), de higienização dos espaços e equipamentos e do uso de máscaras.

***Segundo a FNE "deveriam ser acionados todos os mecanismos para que se ultrapassassem todos os constrangimentos que iam sendo detetados".***

# ROTEIRO PARA A LEGISLATURA 2022-2026 APRESENTADO AO PAN

A FNE reuniu com o Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), num encontro em que apresentou o "Roteiro para a Legislatura 2022–2026", com os problemas e propostas da federação para os próximos quatro anos de governação, no seguimento do que já tinha realizado com o PS e PSD.

Através do roteiro, a FNE manifestou a sua total disponibilidade para o diálogo, partilha de opinião e de expetativas em relação ao desenvolvimento das políticas educativas e das condições de trabalho de todos os profissionais da educação nas escolas na próxima legislatura, destaca as suas maiores preocupações relativas às políticas de Educação que o futuro Governo tem que ter em conta e demonstrou a sua disponibilidade para um diálogo sério, efetivo e regular, que permita ultrapassar os grandes constrangimentos do setor.

O documento apela também a uma maior participação das organizações sindicais no processo de decisão, destacando a valorização do diálogo e da concertação social como forma decisiva de valorização das próprias carreiras de todos os profissionais da educação.

A reunião com o PAN inseriu-se num conjunto de iniciativas que a FNE tem estado a levar a cabo com os Partidos políticos representados na Assembleia da República, de forma a apresentar a todos o "Roteiro para a Legislatura 2022-2026", com o qual espera desbloquear os vários desafios existentes no sistema educativo, envolvendo alunos, educadores, professores e trabalhadores não docentes.

***A reunião com o PAN inseriu-se num conjunto de iniciativas que a FNE tem estado a levar a cabo com os Partidos políticos representados na Assembleia da República.***

# FNE PROPÔS REVISÃO DO CCT COM A CNEF

A FNE e restantes sindicatos da UGT subscritores do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) em vigor apresentaram à CNEF (Confederação Nacional de Educação e Formação), ao abrigo do art.º 486º do Código do Trabalho, a sua proposta de revisão do CCT dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo e Profissional, publicado no BTE nº 37, de 08/10/2021.

Os resultados da negociação para a revisão do CCT entre a FNE e a CNEF produzirão efeito a 1 de setembro de 2022. A primeira reunião para esse efeito aconteceu na manhã de 26 de janeiro.

Com esta proposta a FNE procura dar novos passos na melhoria das condições de trabalho de Docentes e Não Docentes do ensino privado, com um foco particular na carreira dos Docentes do Ensino Profissional.

A FNE tem despendido um esforço contínuo no garante de uma boa regulação das condições de trabalho de todo o setor privado da educação, nomeadamente numa adequada regulamentação coletiva no que respeita a remunerações, horários de trabalho, a carreira e suas progressões e o bem-estar dos profissionais, assegurando uma maior estabilidade e segurança no trabalho de todos os sindicalizados e daqueles que, por sua livre vontade, aderem ao contrato coletivo.

É propósito da FNE, após a negociação, que se iniciou, promover a extensão deste contrato coletivo de trabalho a todos os associados dos sindicatos subscritores desta convenção e que trabalham em instituições privadas não filiadas na Confederação Nacional de Educação e Formação e, deste modo, poderem usufruir das condições de trabalho e de remuneração estabelecidas nesta convenção coletiva.

***A FNE tem despendido um esforço contínuo no garante de uma boa regulação das condições de trabalho de todo o setor privado da educação.***

# MARIA JOSÉ RANGEL ELEITA PRESIDENTE DA DIREÇÃO DO SDPGL

Maria José Rangel foi eleita Presidente da Direção do SDPGL (Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo), para o quadriénio 2022-2025, no XIII Congresso daquele sindicato da FNE, que decorreu em dia 15 de janeiro de 2022, no Auditório Delmiro Carreira, na sede da UGT, em Lisboa. A nova Presidente foi eleita por unanimidade e em lista única para a Direção, sucedendo a Conceição Alves Pinto, fundadora do SDPGL, no cargo desde 1989.

A mesma lista venceu igualmente na eleição dos membros do Conselho Geral (aqui em listas separadas) para o quadriénio 2022/2025 e na eleição dos membros das Direções Distritais de Lisboa, Santarém e Setúbal, para o mesmo período de tempo.

Num dia marcado pela sindicância em prol da valorização da profissão docente e da melhoria da Educação, os congressistas votaram por unanimidade nas linhas de ação da Lista A, todas em consonância com as próprias reivindicações da FNE. Renovar, reforçar, construir o futuro foram as palavras de orientação das linhas de ação reivindicativa para os próximos quatro anos e que passam, entre outras, por temas como a formação, a carreira, os concursos docentes, recrutamento, avaliação e condições dignas de aposentação.

Para a nova Direção do SDPGL "é tempo de renovar a nossa esperança num futuro que já começou, reforçar a solidariedade, a união e o apoio mútuo, a partilha, a redefinição das relações. Este momento pode oferecer muitas oportunidades para reconstruir uma escola, uma educação e sistemas educativos mais inclusivos, eficazes e resilientes".

Maria José Rangel assegurou ainda que "o sindicato continuará a desenvolver estratégias de apoio a todos os associados e a reivindicar condições para que cada um se possa renovar, reforçar e construir um futuro que se pretende cada vez mais inovador, desafiante e inclusivo", num quadro de exercício profissional meritório e de qualidade.

***Num dia marcado pela sindicância em prol da valorização da profissão docente e da melhoria da Educação, os congressistas votaram por unanimidade nas linhas de ação da Lista A.***

# GABINETE DA FNE COM FORMAÇÃO NA ÁREA DE DIREITO

A segunda edição da ação de formação online "Dirigentes Sindicais - direitos, deveres e atuação no âmbito da dimensão coletiva do Direito do Trabalho, à luz do Código do Trabalho e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas", da responsabilidade do Gabinete de Formação e Pesquisa em Educação (GFPE) da FNE, iniciou em 31 de janeiro do corrente ano, com a jurista Marta Reis Imaginário.

A ação compreende quatro pontos principais: 1 - O Direito Laboral Coletivo na Constituição da República Portuguesa; 2 – Direitos, Deveres e Garantias do Trabalhador e do Empregador; 3 – Estruturas de Representação Coletiva dos Trabalhadores; e 4 – Negociação Coletiva.

Acreditada pela DGERT, esta formação de caráter gratuito tem sete horas, integra três turmas de docentes e não docentes, num total de 46 formandos, e divide-se por três sessões, entre as 20h00 e as 22h30. A avaliação final é realizada online, na última hora da última sessão síncrona de cada turma.

A primeira turma registou a participação de Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores. A segunda turma inclui Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos, Dirigentes e Professores. Quanto à terceira turma conta com as participações de Assistentes Técnicos, Dirigentes e Professores. A inscrição solicitou a todos os participantes o preenchimento de um Diagnóstico de expectativas. O GFPE da FNE desenvolve a sua atividade formativa desde 11 de maio de 2016, data em que obteve a acreditação pela DGERT. O Gabinete tem por objetivo planificar, organizar, operacionalizar e avaliar modalidades de formação identificadas pelos Sindicatos dos trabalhadores da educação, membros da FNE, de forma que respondam às necessidades de formação dos seus associados. É também seu objetivo desenvolver estudos de pesquisa sobre temáticas com impacto na carreira destes trabalhadores.

O Gabinete tem desenvolvido formação nas áreas de Desenvolvimento Pessoal e de Direito. Os seus objetivos são o de organizar, planificar, operacionalizar e avaliar modalidades de formação. Compete ao Gabinete dar execução às modalidades de formação que lhe vierem a ser solicitadas pela FNE, através do Secretariado Nacional. O público privilegiado do Gabinete são os trabalhadores da educação filiados nos seus sindicatos membros. O Gestor da Formação e Coordenadora Pedagógica do Gabinete é a Drª Maria João Rosado.

gfpe
Gabinete de Formação e Pesquisa em Educação

## O CRONOGRAMA DAS TRÊS EDIÇÕES É O SEGUINTE:

| DATA – 1ª Edição | HORA | SALA | |
|---|---|---|---|
| 24 janeiro 2022 | 20h00m - 22h30m | Online - Zoom | Sessão síncrona |
| 27 janeiro 2022 | 20h00m - 22h15m | Online - Zoom | Sessão síncrona |
| 28 janeiro 2022 | 20h00m - 22h15m | Online - Zoom | Sessão síncrona |

| DATA – 2ª Edição | HORA | SALA | |
|---|---|---|---|
| 31 janeiro 2022 | 20h00m - 22h30m | Online - Zoom | Sessão síncrona |
| 02 fevereiro 2022 | 20h00m - 22h15m | Online - Zoom | Sessão síncrona |
| 04 fevereiro 2022 | 20h00m - 22h15m | Online - Zoom | Sessão síncrona |

| DATA – 3ª Edição | HORA | SALA | |
|---|---|---|---|
| 07 fevereiro 2022 | 20h00m - 22h30m | Online - Zoom | Sessão síncrona |
| 08 fevereiro 2022 | 20h00m - 22h15m | Online - Zoom | Sessão síncrona |
| 11 fevereiro 2022 | 20h00m - 22h15m | Online - Zoom | Sessão síncrona |

***O GFPE da FNE desenvolve a sua atividade formativa desde 11 de maio de 2016, data em que obteve a acreditação pela DGERT***

webinário

# IV DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO: «A ESCOLA PODE MUITO, MAS NÃO PODE TUDO»

Foi com a realização do Webinário "Mudar de Rumo - Transformar a Educação e o Mundo" que a FNE e a AFIET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho) comemoraram o IV Dia Internacional da Educação, a 24 de janeiro de 2022, entre as 17h e as 18h15, com a participação de cerca de 300 participantes.

José Vítor Pedroso (Diretor-Geral da Educação), António da Silva Rêgo (Direção-Geral da Educação, da Comissão Europeia, em Bruxelas) e Álvaro Santos (Presidente da Assembleia Geral da ANDAEP - Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas) foram os oradores convidados, num painel que contou com a moderação de João Dias da Silva, Presidente da AFIET.

Coube a José Vítor Pedroso o lançamento do debate, lembrando uma questão essencial ao futuro e aos novos rumos da Educação: "Este dia faz sentido, porque valoriza o trabalho de todos os profissionais da Educação". O Diretor-Geral da Educação deixou algumas estatísticas para reflexão que demonstram a evolução da educação em Portugal, começando pela redução da taxa de abandono escolar, que em 2009 se cifrava nos 30% e que hoje está nos 8,9%, assim como a redução na taxa de retenção, que em 1995 chegou a estar nos 35% e que agora fica pelos 12%.

José Vítor Pedroso realçou na sua prestação a falta de equidade na educação em Portugal, sobretudo na dificuldade em funcionar como elevador social dos alunos provenientes de famílias e contextos mais desfavorecidos. Outro ponto importante passa "por preparar os jovens para um mundo em transformação e constante mudança", acrescentando que "aquilo que se ensina é resultado do contexto, e neste momento é necessário adequar o que se ensina". Deste modo, defendeu "a necessidade de revisão do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória".

Outros desafios prendem-se com adaptar a aprendizagem e o currículo e adaptar a autonomia às diferentes realidades. No fundo, criar um ecossistema favorável à aprendizagem, "sem esquecer o papel da digitalização neste processo".

Em seguida, António da Silva Rêgo fez uma breve descrição sobre o papel da Direção-Geral de Educação da Comissão Europeia (CE) na educação dos países membros. E quase como numa espécie de "declaração de interesses" deixou a nota de que a CE não pode interferir na política de nenhum país devido ao princípio da subsidiariedade - princípio de organização social que sustenta que questões sociais ou políticas de uma sociedade devem ser resolvidas no plano local mais imediato, que seja capaz de resolvê-las - algo que "limita o nosso trabalho que é acima de tudo, apoiar os professores".

Em sua opinião, o trabalho da CE suporta-se muito na base de projetos entre pares que, na prática, se traduz num método de aprendizagem no qual fins educacionais são obtidos por intermédio da interação entre países e da recolha de boas práticas, que são depois disseminadas. Um bom número de projetos são sustentados pelo Programa Erasmus, que permite às instituições, escolas, professores e alunos a mobilidade e o intercâmbio de ideias de sustentabilidade, de ensino digital ou igualdade.

Olhando de uma forma mais abrangente, António da Silva Rêgo assumiu que a União Europeia percebe que "um dos maiores desafios de futuro está na falta de professores. É urgente valorizar a profissão, apostar no desenvolvimento contínuo para tirar benefícios de uma maior procura, por parte dos estudantes, de um futuro na carreira docente". Muitas das ideias e projetos da CE "vêm dos professores. Esse é também um dos caminhos para o sucesso escolar e para um maior reconhecimento para os docentes". Um desses instrumentos é o projeto "Selfie Tool", que consiste numa ferramenta de apoio digital aos desafios que o mundo enfrenta na aprendizagem e no ensino.

A fechar o painel de oradores convidados, Álvaro Santos (Presidente da Assembleia Geral da ANDAEP - Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas) brindou a assistência com uma frase do poeta francês Paul Valery, segundo a qual “O problema do nosso tempo é que o futuro não é o que costumava ser”. Por isso, Álvaro Santos assumiu que "existem muitas incertezas ao olharmos para o futuro da educação, mas uma coisa é certa: não se pode retirar o papel à escola. A escola pode muito, mas não pode tudo".

O dirigente da ANDAEP reforçou depois que tem de se fortalecer a educação escolar como um esforço de bem-comum, relembrando os "7 saberes para a educação no futuro", do sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, obra que mostra caminhos que se abrem a todos os que pensam e fazem educação e que estão preocupados com o futuro das novas gerações.

Álvaro Santos somou ainda à sua intervenção que "a escola é um posto de reabastecimento do conhecimento e a pandemia demonstrou que não podemos ter uma escola 100%. Podemos sim ter outras opções educativas, mas a sala de aula é insubstituível". Sobre outros desafios para as escolas no futuro sublinhou que temos que ter “atenção às mudanças demográficas, ter uma Educação virada para valores e para a expressão em outras línguas”, devendo sempre perguntar-mo-nos se "devemos preparar o caminho para o jovem/criança ou preparar a criança/jovem para o caminho?".

João Dias da Silva, Presidente da AFIET, em jeito de remate final, pegou em algumas questões dos participantes para fazer um balanço daquele Dia Internacional da Educação 2022. "Sem intervenção dos principais atores não se pode falar em mudança na educação", referiu. Para ele, "o diálogo social deveria ser primordial, mas está bloqueado por decisão ministerial". João Dias da Silva voltou a demonstrar a abertura da Federação para o diálogo, sublinhando que a FNE já tornou público o seu Roteiro para a Legislatura 2022 – 2026 e que está pronta para o entregar em mãos aos futuros deputados que vierem a ser eleitos para a nova Assembleia da República.

***"Sem intervenção dos principais atores não se pode falar em mudança na educação", referiu João Dias da Silva.***

www.fne.pt

**WEBINÁRIO**
10 fevereiro 2022
17h00 às 20h00

fne

*A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória*

# GESTÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA

**FERNANDO RODRIGUES SILVA**
Doutor em Educação e investigador

**DINIS SARAIVA**
AE Infante D. Henrique Viseu

**SANDRA OLIVEIRA DIAS**
AE Póvoa de Lanhoso

**JOÃO PAULO LEONARDO**
ES Passos Manuel Lisboa

**RUI MAIA**
Centro de Formação da FNE
*(Moderador)*

LIVE facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt

CANAL • WWW.CANAL4.PT

AFIET

entrevista

40 ANOS fne

# LUÍS DE MELO

Ex-Vice-Secretário-Geral da FNE

# LUÍS DE MELO: OS SINDICATOS NÃO PODIAM FALAR EM NEGOCIAÇÃO

**Ao longo do ano de 2022, que assinala os 40 anos da federação, o Jornal FNE vai entrevistar alguns dos maiores protagonistas da criação da Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP), em novembro de 1982, até à Federação Nacional da Educação (FNE), a partir de 2010. Um desses dirigentes históricos é Luís de Melo, que foi Vice-Secretário-Geral da FNE e professor no Instituto Superior de Educação e Trabalho – ISET.**

**JORNAL FNE (JF) - EM 1982 FORMOU-SE A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DE PROFESSORES – FNSP, QUE FOI A PRIMEIRA FEDERAÇÃO NACIONAL DE SINDICATOS DE PROFESSORES EM PORTUGAL. COMO É QUE SURGIU A IDEIA DE A CRIAR E QUAIS FORAM OS SEUS PRINCIPAIS OBJETIVOS E LUTAS?**

**Luís de Melo (LM) -** Eu iria um pouco mais atrás, até 1974. Quando se deu a revolução, os professores sentiam-se todos esmagados pela situação do país e perguntavam: "O que é que podemos fazer pela democracia?" Então pensaram que era necessário criar sindicatos. E começaram a decorrer múltiplas reuniões em todas as escolas. As fichas de sindicalização do sindicato passavam de mão em mão e toda a gente preenchia. Daí surgiu o primeiro sindicato, chamado Sindicato de Professores da Zona Norte (SPZN). O SPZN já tinha uma estrutura por trás, pois daquelas várias reuniões, que iam acontecendo, ele tinha emergido de forma camuflada, começando aí as suas reivindicações. Na zona centro a questão começou por executivos distritais, depois a Grande Lisboa, com a Zona Sul a agir de forma autónoma.

Todos eles reivindicavam soluções de questões que afetavam os professores. As reivindicações do Norte não eram muito diferentes das reivindicações da Grande Lisboa ou do Sul. Mas cada Sindicato tinha a sua visão. Houve necessidade então de os sindicatos se juntarem para terem uma voz só. Começaram desde logo as reuniões nacionais de sindicatos. No início questionava-se se iríamos ter um sindicato regional ou por zonas. Após um referendo feito pela zona norte definiram-se sindicatos por zonas regionais, colocando-se de lado a constituição de um sindicato nacional. Mas como as reivindicações junto do ministério precisavam de coordenação, as reuniões nacionais de sindicatos vieram criar uma discussão nacional dos problemas. Eram reuniões muito longas, duravam dois dias e eram muito mais duras que as próprias reuniões com o Ministério da Educação. E porquê? porque era preciso partir pedra sobre as questões que estavam sobre a mesa, até os sindicatos chegarem a uma proposta única para apresentar à tutela.

As reuniões entre sindicatos corriam bem, porque era nomeado um porta-voz que, na maioria das vezes, era a Professora Manuela Teixeira. A organização de reuniões nacionais acabou por criar várias clivagens e então surge a ideia de serem substituídas por um órgão mais organizacional. Daí surge a Federação, que estava prevista em todos os sindicatos, pois sendo o governo 'uno' teria de existir também uma união sindical 'una'. Assinou-se então um protocolo com todos os sindicatos e aprovaram-se os respetivos os estatutos. Só que em Lisboa dá-se uma reviravolta no congresso do Sindicato da Grande Lisboa. A tendência mais à esquerda foi substituída pela tendência comunista, que saltou fora do protocolo que tinha sido assinado. Fundou-se então a Federação Nacional dos Sindicatos de Professores – FNSP que, em 1989, veio a evoluir para a designação de Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE), que passou a englobar os Trabalhadores Não Docentes. Em abril de 2010, a FNE passa a ter a designação atual de Federação Nacional da Educação.

***«A organização de reuniões nacionais acabou por criar várias clivagens e então surge a ideia de serem substituídas por um órgão mais organizacional. Daí surge a Federação, que estava prevista em todos os sindicatos».***

**JF - A MATRIZ DE UMA FEDERAÇÃO QUE PREZA MAIS A NEGOCIAÇÃO, O DIÁLOGO E A CONCERTAÇÃO DO QUE O "COMBATE DE RUA" ACOMPANHOU O NASCIMENTO DA FNSP?**

**LM -** Fez parte de todas as reuniões que criaram esta Federação. No protocolo inicial com todos os sindicatos, o da Grande Lisboa, do Sul, com todas as tendências. É engraçado que nós dávamo-nos melhor com a tendência da UDP do que com o PCP, embora os nossos pontos de vista aproximarem-se mais dos do PCP.

**JF - QUAIS FORAM AS DIFICULDADES MAIS EXTREMAS QUE SENTIRAM NAQUELE MOMENTO?**

**LM -** A maior dificuldade foi a cobertura nacional, porque depois, quando se formou a FENPROF, nós ficámos com pouca representação em Lisboa, nos Açores e na Madeira. E aí os professores constituíram sindicatos próximos da UGT, que depois vieram a aderir à própria Central Sindical. A Federação consolidou-se a nível nacional com os sindicatos não só de professores, que cobriam toda a área geográfica, assim como os sindicatos dos profissionais da educação que estavam na área da FENPROF e que passaram para a área da UGT.

**JF - COMO É QUE O GOVERNO DE ENTÃO RECEBEU A CRIAÇÃO DA FNSP?**

**LM -** O Governo aceitou muito bem. Nas longas negociações que já tínhamos tido, com o SPZN a liderar o movimento dos professores, nós apresentávamos propostas tecnicamente fundamentadas e era fácil chegar a acordo connosco, porque não éramos radicais. Víamos o todo nacional, o interesse nomeadamente dos alunos, tendo em vista uma promoção social desse todo nacional.

**JF - CONSIDERA QUE AS NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO COMEÇARAM A TER UM PESO DIFERENTE DEPOIS DA CRIAÇÃO DA FNSP/FNE?**

**LM -** No tempo do Ministro Sottomayor Cardia, do I Governo Constitucional, as reuniões eram um pouco turbulentas. Lembro-me de uma reunião que durou duas horas a discutir-se como se ia fazer a ata da reunião e não se debateu mais nada. Portanto, não consentiam que nós usássemos a palavra 'negociação'. Negociação entre Governos e Sindicatos era uma palavra proscrita pela tutela. Mas veio uma coisa em nosso auxílio que foi uma Convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que dizia que a administração pública tinha direito à negociação das condições de trabalho com o governo. E isto veio, digamos, amenizar as nossas relações e facilitar uma fase de negociação, embora no início tenha sido bastante complicada, o que levou a algumas greves.

**JF - COMO É QUE DECORRIAM AS NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO?**

**LM –** Normalmente, as reuniões corriam bem. Cada um usava a sua argumentação, se chegava a acordo ou não era outra questão, mas o diálogo era cordial. Nós jamais tivemos atitudes agressivas na mesa de negociação, independentemente do afastamento de posições.

***«Nós jamais tivemos atitudes agressivas na mesa de negociação, independentemente do afastamento de posições».***

**Carlos Guimarães, José Ricardo Coelho, Manuela Teixeira, Luís de Melo e João Dias da Silva**

**JF - E NO DEBATE INTERNO, COMO É QUE DECORRIAM AS CONDIÇÕES DE PREPARAÇÃO DAS REUNIÕES COM O GOVERNO?**

**LM -** Preparávamos sempre as reuniões. Por vezes as reuniões de preparação demoravam mais tempo que as reuniões com o Ministério. Tínhamos de concertar uma estratégia para a reunião, onde se definia quem falava, quem não falava, com que argumentos....

**JF - QUAL FOI A PRIMEIRA GRANDE VITÓRIA DA FNSP/FNE?**

**LM -** A primeira grande vitória, posso dizer que foi a reclassificação e a equiparação dos professores do ensino primário com os funcionários da administração pública, que tinham habilitações equivalentes. Aquilo que fez subir os salários dos professores foi esta equiparação. Isto é, um bacharel na administração pública ganhava 'x', um professor com bacharel tinha de ganhar igual e noutros níveis funcionar de forma igual. No acordo que deu origem à Carreira Única, assinado com o Ministro da Educação João de Deus Pinheiro, dizia-se que não haveria descriminação por graus de ensino.

**JF - EM 1989, A FEDERAÇÃO MUDA A SUA DESIGNAÇÃO PARA FNE - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO E PASSA A INTEGRAR SINDICATOS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. ESTA INTEGRAÇÃO FOI DECIDIDA POR QUE RAZÕES, EM QUE CONTEXTO E COM QUE OBJETIVOS?**

**LM -** Quando fazíamos lutas só os professores é que faziam lutas. Quando a administração pública fazia lutas, os Não Docentes faziam lutas que não se coordenavam com a vida das escolas. Então pensámos que sendo a escola uma unidade em si, deviam estar todos no mesmo sindicato. Como os sindicatos de professores viam mal que os Não Docentes se sindicalizassem nos seus sindicatos tivemos de tomar a iniciativa de aconselhar que formassem sindicatos e assim foram constituídos os Sindicatos de Não Docentes, cuja primeira grande reivindicação foi um Estatuto para o Pessoal Não Docente.

**JF – QUAL ERA A SUA NOVIDADE?**

**LM -** O Estatuto para o Pessoal Não Docente pretendia ter umas funções pedagógicas, nomeadamente para o Pessoal Auxiliar. Defendíamos que quem contactasse com crianças tinha de ter uma formação específica para tal. Ou seja, um mínimo de conhecimento pedagógico do que estava a fazer e das consequências das suas interações com as crianças. Foi uma luta muito grande.

***UM SINDICALISTA TODO-O-TERRENO***

*Luís de Melo nasceu em Ponta Delgada, Açores, a 21 de março de 1938. Foi na ilha que começou a sua carreira em educação como Professor de Escola Primária (1957), passando anos mais tarde (1971) a lecionar no Continente, mais precisamente no Porto, onde se tornou Professor efetivo de Educação Musical. Em 1994 ingressa como professor no Instituto Superior de Educação e Trabalho (ISET). No quadro sindical, Luís de Melo começou como delegado sindical (1974), sendo posteriormente membro da direção do SPZN (1977-1994) e membro do Conselho Geral e Secretariado Nacional da UGT. Muito do seu trabalho girou em torno de negociações com a tutela, tanto no setor público, como no privado. Luís de Melo também desempenhou um papel muito relevante na formação sindical, seja a nível de sindicato, da federação, assim como a nível de confederação, na UGT.*

***«Quando a administração pública fazia lutas, os Não Docentes faziam lutas que não se coordenavam com a vida das escolas. Então pensámos que sendo a escola uma unidade em si, deviam estar todos no mesmo sindicato».***

***Leia a 2ª parte desta entrevista na edição de fevereiro***

***Joaquim Santos e Tiago Soares Jornal FNE***

na minha opinião

# SDPA: DEVOLUÇÃO DOS TRÊS ANOS DEVE SER JÁ E PARA TODOS!

O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA), na defesa da condição profissional e dos direitos inerentes ao exercício da docência por parte dos professores e dos educadores de infância da Região Autónoma dos Açores (RAA), desenvolveu um vasto conjunto de iniciativas elucidando "todos" na denúncia do prejuízo decorrente da aplicação das normas de transição dos docentes entre carreiras, com a promulgação do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro – que teriam efeitos também sobre aqueles que viessem a ser integrados na nova estrutura da carreira –, tendo-se empenhado abnegadamente para que as mesmas fossem alteradas.

Para a grande maioria dos docentes abrangidos pelas disposições de transição da carreira docente, bem como para os docentes contratados que têm integrado a carreira docente na RAA, estão a ser sonegados três anos de tempo de serviço, honestamente prestados e legalmente validados pela administração educativa desta Região, de forma que o somatório do número de anos necessários para atingir o último escalão da escala indiciária da carreira obriga ao cumprimento de 37 anos de serviço docente, classificado com a menção de Bom ou superior.

Embora seja do conhecimento público – pois que disseminado pelos principais órgãos de comunicação social dos Açores –, foi desde a negociação do Estatuto do Pessoal Docente, ocorrida em 2015, que o SDPA se empenhou na denúncia desta falta de equidade entre os docentes posicionados na mesma carreira.

Recentemente, veio a Secretária Regional da Educação anunciar publicamente a reposição do tempo de serviço que se sumiu na transição entre carreiras, no seu entendimento "pondo fim a situações de desigualdade, uma vez que se verifica que há docentes dos quadros que têm acesso a carreiras de duração diferenciada, com prejuízo dos próprios".

Assume este Sindicato a mesma atitude interventiva, crítica e propositiva que sempre se pautou no relacionamento com a tutela, mantendo a prioridade reivindicativa de que a restituição do tempo de serviço sonegado aos docentes é de elementar justiça e que deverá ser já e para todos.

Afirma o SDPA ser a pretensão de todos os docentes, que exercem funções nesta Região Autónoma, a correção do prejuízo de três anos de tempo de serviço, na garantia de uma carreira em equidade, não superior a 34 anos.

***Ricardo Baptista | Presidente do SDPA***

# ASSISTENTES TÉCNICOS AGUARDAM VALORIZAÇÃO

Ao longo dos anos, houve um completo desinteresse pela carreira de assistente técnico.

Os assistentes técnicos exercem funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.

É incompreensível que isto continue a acontecer, com o nível de complexidade inerente à profissão e às suas funções diferenciadas. Assim, percebemos a insatisfação e a falta de motivação que podem refletir-se claramente na produtividade do serviço e no bem-estar dos profissionais, pois não se sentem devidamente valorizados pelas exigentes funções que desempenham.

Face à atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) para 705,00€, é inaceitável e completamente incompreensível não se atualizarem as posições salariais para a profissão de assistente técnico. Estes profissionais sentem-se injustiçados, uma vez que não se sentem remunerados de acordo com as funções que exercem, tendo em conta a discriminação de que estão a ser alvo, face ao que se verifica noutras carreiras.

Neste momento um Assistente Técnico tem como vencimento de 709,46€, ou seja apenas 4,46 € acima da RMMG, o que deixa uma enorme e profunda sensação de injustiça.

Estamos bem conscientes da fragilidade e do estado de deterioração da profissão de assistente técnico, sentindo verdadeiramente necessidade de um sentido de justiça e identidade profissional.

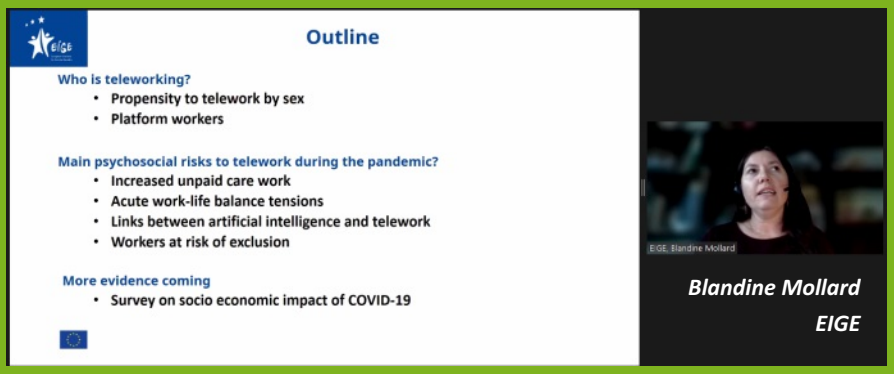
Os assistentes técnicos são igualmente importantes para o bom funcionamento da escola e contribuem para a procura contínua da excelência na prestação de serviços. Pretendemos criar uma carreira bem estruturada, que atenda às expectativas dos profissionais para que se sintam motivados e recompensados. O auge de uma carreira não deve ser visto como algo inatingível, mas sim como uma possibilidade alcançável.

Para que a escola seja um lugar de excelência devemos ter profissionais reconhecidos e valorizados.

***Maria Dulce Cancela***
***1ª Vice-Presidente STAAEZN***

STAE ZONA NORTE
STAE ZONA CENTRO
STAE SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

saúde




# TELETRABALHO: É PRECISO MITIGAR OS EFEITOS DO ISOLAMENTO

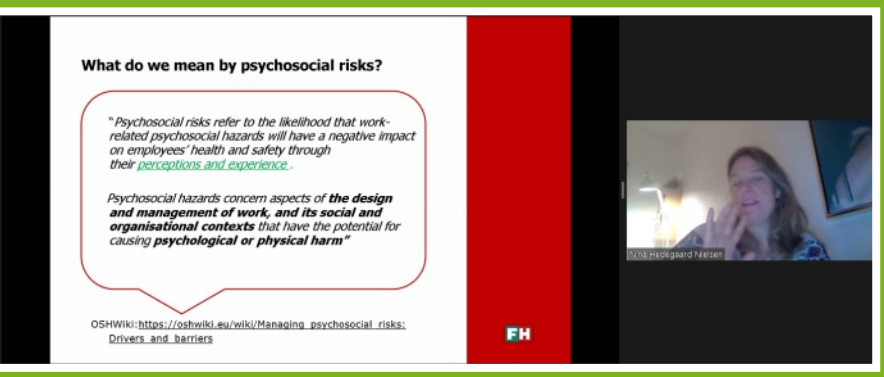
Logo no início da pandemia, a FNE e os seus sindicatos souberam, antecipadamente, pôr na agenda política as diversas questões levantadas pelo teletrabalho, de modo mais particular na área da educação. Com a mesma antecedência, a FNE e a AFIET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho) e o Canal 4, disponibilizaram a todos uma série de webinários sobre aquele tema, com especialistas de elevado mérito, como foi o caso da Prof. Doutora Maria Regina Redinha, da Faculdade de Direito, da Universidade do Porto.

Do ponto de vista estritamente legal, o fenómeno do teletrabalho tem contornos bastante indefinidos, apesar da sua relevância social se estender já por cerca de três décadas. Nesse sentido, ele é ainda olhado, de modo geral, uma modalidade *atípica* de emprego, quando exercido subordinadamente. Isto é, uma relação laboral que, independentemente da tipicidade do seu regime jurídico, se desenvolve sem um ou vários carateres da típica e paradigmática relação laboral: uma relação de trabalho de um trabalhador, prestado a um único empregador/patrão, num tempo completo, nas instalações de uma determinada empresa ou em local determinável em sua função, num horário de trabalho invariável e fixo ...

Porém, a designação de "teletrabalho", mesmo na sua aceção jurídica, não é apenas unívoca e traz consigo indistintamente o teletrabalho independente e o teletrabalho subordinado, assumindo ambos dois vetores essenciais: uma prestação de trabalho habitualmente fora do local de trabalho do trabalhador e, ainda, uma prestação realizada através do recurso a tecnologias de informação e de comunicação.

A pandemia trouxe consigo uma certa generalização da prática do teletrabalho, com todas as naturais consequências, com destaque para as questões de saúde e de incidência no aumento dos riscos psicossociais. Académicos, investigadores e organizações internacionais puseram-se a caminho e lançaram o debate a nível mundial, incluindo a nível da própria saúde pública. Então analisaram os efeitos do teletrabalho sob diversos ângulos: por género (mais 15% de mulheres que homens na União Europeia - UE), nos trabalhadores de plataformas (42% mulheres e 58% de homens, na UE), na segregação dos mercados laborais (nas profissões mais mal pagas), na intensidade do trabalho ou nos serviços de saúde, onde muito trabalho não foi pago.

Ainda no aumento das desigualdades na educação, nas dificuldades de concentração, nos aumentos de stresse e *burnou*t, na saúde mental ou na aparente flexibilidade oferecida pelo teletrabalho. Ou ainda nas chamadas **penalidades algoritmas**, que penalizam – por vezes com grande atrocidade – aqueles que desligam para tratar de outros assuntos, sejam pessoais, familiares ou profissionais. De modo geral, a vigilância algorítmica é cada vez mais utilizada e está presente em todos os setores de atividade, nomeadamente na avaliação do desempenho laboral. Para Blandine Mollard (EIGE - Instituto Europeu para a Igualdade de Género), **"a Inteligência Artificial pode penalizar severamente os trabalhadores".**




*Nina Hedegaard Nielsen – FH*

## UMA DIRETIVA SÓ PARA O DIREITO A DESLIGAR

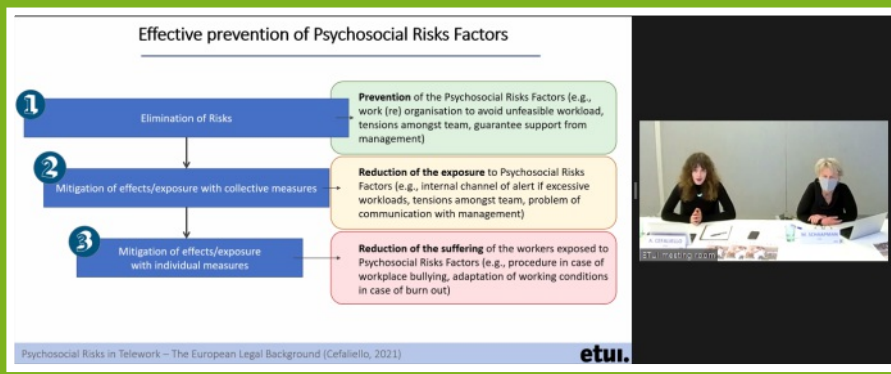
Os desafios da transformação digital no mundo do trabalho influenciam muito os riscos psicossociais. Nina Hedegaard Nielsen, perita da Confederação Sindical da Dinamarca FH, afirmou que **"vivemos uma grande transformação, até porque saltar de um trabalho online para outro também implica um enorme risco psicossocial. No limite, há também riscos físicos e a saúde mental pode até conduzir alguém ao suicídio".** Nina sublinha que os riscos psicossociais já existiam antes da COVID-19, que só veio destacar os desafios.

Blandine Mollard acentua que o fosso entre quem tem e não tem competências digitais cresce com a idade e com o género, havendo mais barreiras no acesso a formação para mulheres. Em sua opinião, na avaliação de riscos psicossociais no teletrabalho "temos de passar de uma abordagem quantitativa para uma qualitativa", devido às ferramentas serem insuficientes. Por sua vez, Aude Cefaliello (ETUI – Instituo Sindical Europeu) chama a atenção para o facto da prevenção não estar a ser feita e **"é preciso fazê-la. Há até quem defenda uma Diretiva Europeia só para o direito a desligar".**

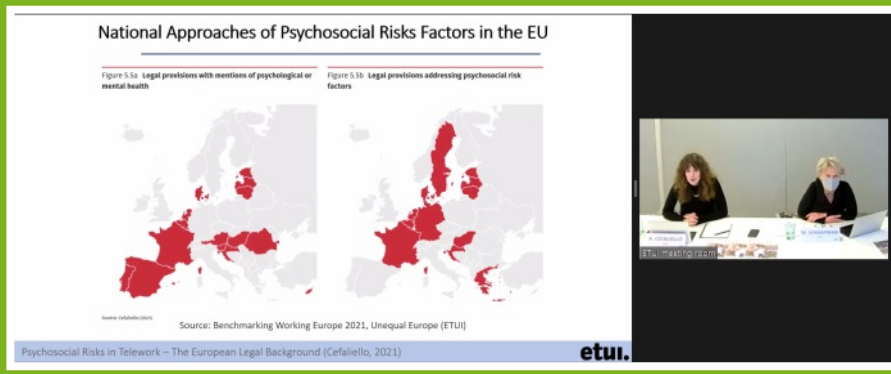
Outro fator preocupante é o tempo e o excesso de trabalho. Dados do EUROFOUND de julho de 2020 mostram que há uma tendência generalizada de se trabalhar muito mais durante o tempo livre e que 20% dos trabalhadores em teletrabalho poderão trabalhar entre 41-60 horas semanais, com a probabilidade duas vezes maior de se trabalhar acima das 50 horas. A este fator há ainda que acrescentar a dificuldade de se estabelecer uma fronteira entre quando estamos ou não verdadeiramente a trabalhar. No que respeita a melhores práticas neste domínio, Aude Cefaliello salienta os exemplos da Suécia e Dinamarca. Porém acrescenta que ao fim de 20 anos na Dinamarca ainda não se está a fazer tudo da melhor maneira.

As análises de Nina Hedegaard Nielsen, Blandine Mollard e Aude Cefaliello foram apresentadas no seminário do ETUI/OSHA – Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho intitulado "Lições da Pandemia", que decorreu online em 13 e 14 de dezembro de 2021. Nele, todos os oradores concordaram que **é preciso mitigar os efeitos do isolamento**.

***Os desafios da transformação digital no mundo do trabalho influenciam muito os riscos psicossociais.***




*Aude Cefaliello – ETUI*




*Como os países abordam os riscos psicossociais no teletrabalho: disposições legais com referências (mapa da esquerda) e disposições legais sobre a matéria (mapa da direita)*

legislação

# DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021 A 25 DE JANEIRO DE 2022

Decreto-Lei nº 119-A/2021
DR nº 246/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-22
*Presidência do Conselho de Ministros*
Altera as medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Resolução da Assembleia da República nº 353/2021 - DR nº 247/2021, Série I de 2021-12-23
*Assembleia da República*
Recomenda ao Governo que avalie o impacto da ausência da oferta de ensino secundário em vários concelhos de baixa densidade e promova a igualdade de acesso a ofertas educativas no ensino secundário a todos os jovens.

Resolução da Assembleia da República nº 362/2021 - DR nº 249/2021, Série I de 2021-12-27
*Assembleia da República*
Recomenda ao Governo que incentive e apoie as instituições de ensino superior na implementação de programas de acolhimento e apoio a estudantes refugiados e estudantes em risco ou forçados à deslocação.

Resolução da Assembleia da República nº 364/2021 - DR nº 249/2021, Série I de 2021-12-27
*Assembleia da República*
Recomenda ao Governo medidas no âmbito da educação de infância.

Resolução da Assembleia da República nº 365/2021 - DR nº 249/2021, Série I de 2021-12-27
*Assembleia da República*
Recomenda ao Governo o reforço urgente do investimento na ciência e na comunidade científica em Portugal.

Resolução do Conselho de Ministros nº 183-A/2021 - DR nº 250/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-28
*Presidência do Conselho de Ministros*
Autoriza a despesa com a aquisição de serviços de realização de testes rápidos de antigénio em estabelecimentos de educação e ensino.

Resolução do Conselho de Ministros nº 186/2021 - DR nº 251/2021, Série I de 2021-12-29
*Presidência do Conselho de Ministros*
Aprova o programa de investimento público em investigação e desenvolvimento para 2021-2030.

Despacho nº 12854-A/2021
DR nº 252/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-12-30
*Educação - Gabinete da Secretária de Estado da Educação*
Transferência de competências para os órgãos municipais e as entidades intermunicipais do domínio da educação.

Despacho nº 12854-D/2021
DR nº 252/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-12-30
*Administração Interna, Modernização do Estado e da Administração Pública, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação - Gabinetes da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação e do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna*
Determina-se que os presidentes das câmaras municipais ou, nas regiões autónomas, o Representante da República, poderão solicitar, para os fins previstos no artigo 68.º da Lei nº 14/79, de 16 de maio, a cedência dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico e a cedência dos estabelecimentos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

Lei nº 98/2021 - DR nº 253/2021
Série I de 2021-12-31
*Assembleia da República*
Lei de Bases do Clima.

Resolução do Conselho de Ministros
nº 200/2021 - DR nº 253/2021,
Série I de 2021-12-31
*Presidência do Conselho de Ministros*
Cria a segunda edição do programa extraordinário de estágios na administração direta e indireta do Estado, a realizar durante o ano de 2022.

Lei nº 1/2022 - DR nº 1/2022,
Série I de 2022-01-03
*Assembleia da República*
Alarga o período de faltas justificadas em caso de falecimento de descendente ou afim no 1.º grau da linha reta, alterando o Código do Trabalho.

Decreto-Lei nº 1/2022 - DR nº 1/2022,
Série I de 2022-01-03
*Presidência do Conselho de Ministros*
Altera o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência.

Lei nº 5/2022 - DR nº 5/2022,
Série I de 2022-01-07
*Assembleia da República*
Regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência.

Decreto-Lei nº 6-A/2022 - DR nº 5/2022,
1º Suplemento, Série I de 2022-01-07
*Presidência do Conselho de Ministros*
Altera as medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Resolução do Conselho de Ministros
nº 2-A/2022 - DR nº 5/2022,
1º Suplemento, Série I de 2022-01-07
*Presidência do Conselho de Ministros*
Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Recomendação nº 1/2022 - DR nº 6/2022,
Série II de 2022-01-10
*Educação - Conselho Nacional de Educação*
Recomendação Perspetivar o Futuro do Ensino Profissional.

Decreto-Lei nº 13/2022 - DR nº 8/2022,
Série I de 2022-01-12
*Presidência do Conselho de Ministros.*
Aprova o Regime Jurídico do Ensino Superior Público Policial e consagra a sua organização e especificidades no contexto do ensino superior público nacional.

Portaria nº 35/2022 - DR nº 10/2022,
Série I de 2022-01-14
*Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.*
Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a União das Mutualidades Portuguesas e a FNE - Federação Nacional da Educação e outros.

Despacho nº 649/2022 - DR nº 11/2022,
Série II de 2022-01-17
*Negócios Estrangeiros e Educação - Gabinetes das Secretárias de Estado das Comunidades Portuguesas e da Educação.*
Aprovação da rede de cursos do ensino português no estrangeiro da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para a África do Sul, Namíbia, Eswatini e Zimbabué, para o ano letivo de 2022.

Aviso nº 1354/2022 - DR nº 15/2022,
Série II de 2022-01-21
*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.*
Apreciação pública do Projeto de Regulamento para Avaliação e Financiamento Plurianual de Unidades de I&D.

Resolução do Conselho de Ministros
nº 5-A/2022 - DR nº 15/2022,
1º Suplemento, Série I de 2022-01-21
*Presidência do Conselho de Ministros*
Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

+vantagens fne

# Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

www.fne.pt

fne

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO